

DA UNIVERSIDADE PARA A UNIVERSALIDADE

Alessandra Macedo Correia Lima Franca, UFPB, alessandra@ccj.ufpb.br

Tairla Maria Aragão Pimentel, UFPB, tairlamaragão@gmail.com

Talitha Giovanna Maranhão da Costa, UFPB, talithagiovannam.costa@gmail.com

COMUNICAÇÃO ORAL

INTRODUÇÃO

“A participação dos jovens na discussão/construção da agenda internacional de direitos humanos” é um Projeto de Extensão da Universidade Federal da Paraíba dedicado à realização de aulas/oficinas em instituições públicas de ensino médio. Neste primeiro ano do projeto, trabalhou-se junto às instituições: Escola Estadual Escritor José Lins do Rêgo e Centro de Ensino-aprendizagem Sesquicentenário, com suas turmas de 1º ano. Através da interação entre alunos do ensino superior e alunos do ensino médio público, buscou-se disseminar o conhecimento sobre Direitos Humanos.

A difusão de uma cultura dos Direitos Humanos é de grande importância uma vez que são eles os responsáveis por permitir o desenvolvimento pleno do homem. Direitos *Humanos* nos possibilitam justamente viver como *humanos*, isto é, possibilitam o desenvolvimento e a utilização de nossas qualidades humanas, tais como a inteligência e a consciência, e a satisfação de necessidades como liberdade e espiritualidade. Em suma, os Direitos Humanos se baseiam na fé em direitos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e dedicam-se a promover progresso social e melhores condições de vida. A ausência desses direitos não apenas constitui uma tragédia individual e pessoal, mas também gera instabilidade social e política, de onde germinam a violência e os conflitos, que se produzem entre sociedades e dentro delas. Por conseguinte, é necessária a implementação de medidas assecuratórias do reconhecimento e da observância *universais* desses mandamentos fundamentais.

Existe, portanto, a pretensão de que os Direitos Humanos sejam prestigiados em escala global. Mas não há como falar em alcance global sem considerar as pequenas localidades onde os Direitos Humanos efetivamente ganham vida – ou não. São em lugares tão pequenos e tão próximos de nós que a *universalidade* dos Direitos Humanos começa: no nosso bairro, na nossa escola, na fábrica, no campo... Esses são os lugares em que

homens, mulheres e crianças buscam ser iguais perante a lei, em oportunidades, em dignidade e sem discriminações de nenhuma espécie. Se esses direitos não significarem nada nesses lugares, tampouco significarão em outra parte. Sem uma ação decidida dos cidadãos para defender os direitos ao seu redor, não se há progresso no resto do mundo. Tendo isso em conta, o presente Projeto de Extensão decidiu promover a *universalização* dos DH mediante a atuação em instituições de ensino de ensino médio – um daqueles lugares tão pequenos e tão próximos, sem cuja colaboração não há progresso no resto do mundo. Promove-se, assim, a relação entre Faculdade de Direito e Sociedade, de modo a transportar os Direitos Humanos da Universidade para a Universalidade.

Um marco jurídico e normativo na consolidação dos Direitos Humanos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Desde a elaboração dessa Declaração, a Assembleia Geral da ONU tem pedido aos Estados-membros que difundam esse documento fundamental e facilitem o estudo de seu conteúdo, principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais. Atendendo a esse pedido, o presente projeto de extensão elaborou uma cartilha com os principais temas da Declaração Universal, de forma adaptada e descomplicada, buscando atender às necessidades do público-alvo escolhido.

Optou-se por não apresentar os temas numa perspectiva histórico-documental linear, no lugar disso, dividiu-se o assunto em 10 pontos específicos: 1) Poder, Democracia, Direitos e Deveres, 2) História dos Direitos Humanos, 3) Liberdades, 4) O indivíduo e suas diferenças, 5) Educação, 6) Trabalho, 7) Segurança, 8) Desenvolvimento Cultural, 9) Ferramentas de mobilização social, 10) Funcionamento da Organização das Nações Unidas (ONU). Cada ponto é subjetivado e localizado, ou seja, apresentado a partir de um personagem específico, e de um local, a fim de inspirar a partir de exemplos humanos e geopoliticamente reais.

A educação em Direitos Humanos, contudo, não se circunscreve à apresentação de informações. A simples exposição de conhecimento não faz com que os direitos ganhem vida em aula. Ainda que se expusesse todo o conteúdo da Declaração, explicando a justificção de cada artigo, não se conseguiria fazer com que o significado desses direitos se agregasse à vida das pessoas. Os dados, por melhor selecionados que estejam, não são suficientes para criar uma cultura de Direitos Humanos. Para que o ensino de Direitos Humanos tenha mais que utilidade puramente acadêmica, os assuntos devem ser abordados a partir de experiências cotidianas reais e a partir do ponto de vista dos alunos sobre

justiça, liberdade e igualdade. Por isso, além de adaptar a linguagem de documentos jurídicos, o Projeto valeu-se de metodologias participativas baseadas, principalmente, em três elementos: investigação independente, análise, e pensamento crítico. Tem-se a intenção de que os alunos pensem por si só.

O aprendizado, além de tudo, é recíproco. Os alunos extensionistas do ensino superior, além de elaborar o conteúdo de cada aula, também são responsáveis por acompanhar o raciocínio dos alunos do ensino médio, que oferecem lições cotidianas de casos e circunstâncias que afrontam as ideias de direitos humanos.

Ao longo dessa exposição oral, falar-se-á sobre os conteúdos selecionados para cada aula, o motivo da seleção e os métodos utilizados para sua apresentação, além de expor algumas experiências que se teve dentro de sala de aula durante a execução das aulas.

1 PODER, DEMOCRACIA, DIREITOS E DEVERES

Para a primeira aula, o tema proposto foi: poder, democracia, direitos e deveres. Teve-se como escopo a apresentação de conceitos elementares de modo a dar aos alunos uma bagagem de conceitos básicos que os permitissem discutir assuntos políticos com propriedade.

No início da aula, localizamos os alunos na Argentina de 1970, época em que o país enfrentava um regime de ditadura militar. A personagem da vez, Mafalda, mostrou os abusos que foram cometidos: a falta de liberdade reinava e a insegurança era uma constante. Desenvolveu-se um raciocínio que levou à hipótese de que a origem de todos os problemas pelos quais a Argentina passava estava na distribuição desbalanceada do poder entre os membros da sociedade. E daí lançou-se a problemática: como resolver esse problema? O que é o poder e quais mecanismos exercem influência sobre ele?

Definiu-se o poder como a capacidade de agir sobre indivíduos, ou seja, é a capacidade de influir no comportamento do outro. Num contexto mais amplo, poder se relaciona com política, que consiste na arte de gerir o destino da cidade. A política é a luta por estabelecer os objetivos da sociedade. Política é luta pelo poder. Para ilustrar o conceito, utilizou-se uma tirinha de Quino em que a personagem Mafalda questiona o poder de sua mãe sobre ela, ao que a mãe responde que Mafalda lhe deve obediência pelo fato de ela ser sua mãe. Mafalda, um exemplo de mente crítica, replica dizendo que se o

poder for uma questão de títulos, elas estão em pé de igualdade, pois ela, Mafalda, também tem um: o de filha.

Descobre-se que o exercício do poder se dá por meio de um jogo de forças, que podem ser das mais diversas espécies: força física, intelectual, emocional, econômica, etc. Nota-se que alguns tipos de força são legítimas, enquanto que outras não o são. Uma observação brilhante feita por uma aluna, nesse ponto, foi no sentido do reconhecimento da personagem Mafalda como uma força utilizada por seu criador, Quino, para lutar por mais respeito dentro daquela sociedade ditatorial. Os alunos percebem que o poder é uma relação, logo, é um fenômeno que acontece necessariamente em sociedade. Passa-se, então, a falar da “espécie especial de sociedade” denominada Estado, que se constitui por um povo, território e soberania. Dentro dessa sociedade existe um ordenamento jurídico que impõe direitos e deveres. Que direitos e deveres justos garantem que no estado vigore um regime democrático. Estabelece-se noções de democracia e cidadania.

Ao fim, mais uma tirinha é utilizada, Mafalda se pergunta se o mundo está como está por causa da existência de muitas pessoas como Miguelito, personagem que fica sentado esperando alguma coisa da vida no lugar de tomar atitudes para se colocar no comando de seu destino.

As tirinhas utilizadas ganharam grande simpatia dos alunos, foi a partir delas que conseguimos uma maior interação e reflexão dos alunos sobre situações reais que estavam ao seu redor. Eles se identificavam ora com Mafalda, ora com Miguelito e começavam a pensar em suas atitudes perante o mundo e, mais importante, perante si mesmos. A educação em direitos humanos deve sanar a falta de confiança que muitos alunos tem quanto ao seu potencial e ao seu valor, pois como irão preocupar-se com os direitos dos demais quando não esperam gozar de nenhum direito?

Essa aula contempla diretamente o artigo XXIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual preceitua que:

1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

2 HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS

A história dos Direitos Humanos é a história dos esforços que se tem feito para definir a dignidade e os valores básicos do ser humano e seus direitos mais fundamentais. Há grande interesse, pois, em incluir essa parte histórica como parte da cartilha desenvolvida pelo Projeto. A luta por direitos civis e políticos, pela justiça econômica e social teve grandes resultados, e convém que ela seja relatada a fim de que sirva de exemplo para a atual geração, uma vez que a formação dos Direitos Humanos é um processo contínuo que ainda prossegue na atualidade.

Nessa aula, a localização geopolítica foi a França da Revolução de 1789. A personagem escolhida foi a Bastilha de Santo Antônio. Seu conceito é expandido, de modo que ela representa não apenas aquele edifício que veio ao chão no episódio da Revolução Francesa. O termo “Bastilha” passa a ser entendido como todo poder abusivo do homem sobre o homem. Da derrubada das “Bastilhas”, nascem os direitos humanos. As liberdades civis e políticas emergem da luta contra o soberano absoluto; os direitos sociais vêm do nascimento e amadurecimento dos trabalhadores assalariados, dos camponeses com pouca ou nenhuma terra, dos pobres, que exigem dos poderes públicos medidas positivas em face da fome, do desemprego, da falta de moradia, do analfabetismo; os direitos de solidariedade aparecem da necessidade de se proteger bens jurídicos coletivos, tais como o meio ambiente saudável. Contudo, Bastilhas ainda subsistem: a corrupção, o preconceito, o trabalho degradante, etc.

Foi essa metáfora que atingiu o interesse e garantiu a atenção dos alunos. Eles começaram a notar quantas Bastilhas ainda os rodeavam. O bullying em sala de aula foi um exemplo que veio à tona. Mas, além disso, eles notaram que o processo de construção dos Direitos Humanos nunca terá fim, que novas necessidades surgem a todo momento e outras se vão. Hoje podemos pensar em Direito Humano ao acesso à Internet, coisa que há alguns anos nem cogitaríamos. Mas a Declaração Universal já estabelecia que todo ser humano tem direito de receber e transmitir e receber informações por quaisquer meios independentemente de fronteiras.

Além de explicar o processo pelo qual os Direitos Humanos passaram e demonstrar que ele ainda continua em curso, houve a descoberta, por parte dos alunos, que eles são

personagens da atual fase evolutiva desses direitos e que eles podem ser os protagonistas dessa história.

3 LIBERDADES

Na aula 3, levou-se os alunos para a Tunísia entre os anos de 2010 e 2011, quando ganhou repercussão o blog da personagem escolhida: Lina Ben Mhenni. Ela se utilizou das redes sociais para denunciar os abusos que o então ditador Ben Ali estava cometendo. Ele já era ditador da Tunísia desde 1987, e em seu governo houve um cerceamento a diversas formas de liberdade: de pensamento, de expressão, de imprensa, de locomoção, de comércio, de participar da vida pública, etc. Lina cobriu a revolução, conhecida como Revolução de Jasmim, que acarretou na deposição do ditador.

Partindo-se do artigo III da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que preceitua que “todo ser humano tem direito à vida, à *liberdade* e à segurança”, deu-se início à discussão sobre o que é a liberdade e qual a sua relação com a vida e a segurança. Escreveu-se a palavra liberdade do centro do quadro a fim de se fazer a estrutura de um diagrama que se construiria junto com os alunos.

A primeira ideia levantada foi a de que livre é aquele que não tem seu comportamento determinado por nenhuma força exterior. Assim, livre é o oposto de determinado, que é aquilo que só pode ser de um jeito e não de outro, não há possibilidades, é necessário.

A conduta do homem seria determinada ou livre? Na primeira hipótese pensaríamos da seguinte forma: eu não escolhi nascer numa determinada época, num determinado país, numa determinada família, com um corpo determinado. As condições de meu nascimento e de minha vida fazem de mim aquilo que sou, e minhas ações, meus desejos, meus sentimentos, minhas condutas, resultam dessas condições, nada restando a mim senão obedecê-las. Os alunos logo se indignaram com tal pensamento e propuseram que o homem é absolutamente livre. Os extensionistas, por sua vez se encarregaram em dar prosseguimento ao raciocínio: se há uma liberdade absoluta do homem, há um livre-arbítrio pelo qual o homem tem o poder de escolher um ato ou não, independentemente de forças que o forcem a tanto. Ser livre seria, então, decidir e agir como se quer, sem qualquer determinação causal, seja exterior (ambiente, etc.) ou interior (desejos, caráter, etc.). Mesmo admitindo que tais forças existam, o ato, para que seja livre, deve pertencer a uma esfera independente em que se perfaz a liberdade. Ser livre é não ser causado, não ser

influenciado, não ser determinado, nem condicionado por nada. Os alunos também não ficaram satisfeitos com esse pensamento. Houve uma grande discussão entre eles.

Ao cabo do debate, chegou-se a um ponto comum: o homem seria livre e determinado ao mesmo tempo. O homem é realmente determinado, pois se encontraria situado num tempo e espaço e herdaria uma cultura. Ele é livre por ser um ser consciente capaz de conhecer esses determinismos; esse conhecimento permitirá uma ação transformadora que, a partir da consciência das causas, pode construir um projeto de ação. Notou-se que Lina seria um exemplo dessa conciliação entre liberdade absoluta e determinismo, pois ela não escolheu nascer mulher, na Tunísia, no tempo de uma ditadura repressiva que impunha condições de vida desmerecedoras para a população, mas mesmo assim ela foi livre para viver, sentir, pensar e agir da maneira que escolheu apesar de tudo o que lhe foi imposto.

Ainda restou um ponto a ser desenvolvido: qual a relação entre liberdade, vida e segurança? Por que a Declaração Universal traz esses direitos num mesmo dispositivo? Para analisar essas questões, dividiram-se os alunos em grupos e a cada grupo foi dada uma notícia que mostrava casos de choques entre os direitos à liberdade, à vida e à segurança. Cada notícia foi discutida dentro dos grupos e depois debatida entre toda a sala. Com isso, mostrou que os direitos precisam ser ponderados quando aplicados aos casos concretos. Assim, o assunto foi tratado por meio de casos práticos que serviram para inspirar a participação dos alunos em uma sociedade livre.

4 O INDIVÍDUO E SUAS DIFERENÇAS

Nesta aula, que contempla os artigos II e VII da Declaração, adotou-se uma dinâmica diferente. Selecionou-se fotos das mais diferentes personalidades quanto à raça, cor, sexo, gênero, origem nacional, religião, riqueza, etc. Para cada personalidade, os alunos deveriam montar o perfil que eles acreditavam corresponder à pessoa. Os resultados obtidos foram compartilhados entre todos. Os extensionistas, então, prosseguiram à análise dos perfis montados. Juntamente com os alunos, os universitários notaram a existência de certo preconceito ligado às descrições feitas. E qual o perigo que tais julgamentos preconceituosos podem ter? Fazer surgir um regime de segregação racial, por exemplo.

Um regime tal qual pelo qual passava a África do Sul entre os anos de 1948 e 1994. Essa foi a localização geopolítica da aula. E o personagem, Nelson Rolihlahla Mandela.

Explicou-se que o apartheid foi uma política oficial que dividia os habitantes em grupos raciais – negros, brancos, de cor e indianos – e segregando as áreas para acesso de cada raça. Saúde, educação e outros serviços públicos também foram segregados, sendo fornecidos aos negros em padrão de qualidade inferior ao que os brancos recebiam.

Os alunos, a partir daí, notaram o quão perigoso um comportamento preconceituoso pode ser, acarretando em discriminações cruéis e infundadas. Particularmente, nessa aula, um aluno levantou a mão e disse: se todas as pessoas, independente de raça ou cor, são seres humanos, elas tem uma dignidade inerente à sua personalidade que deve ser preservada; não importa a cor da pele, nem nada do tipo.

Veio a tona outro exemplo de barbaridade que a discriminação pode dar margem: o holocausto. O assunto estava sendo tratado nas aulas de história e se encaixou perfeitamente na abordagem da aula. Os alunos se empolgaram por trazerem novos exemplos e contribuições para sala de aula.

5 EDUCAÇÃO

Nesta aula, cujo tema foi direito à educação, selecionou-se uma personalidade bastante conhecida na atualidade: Malala Yousafzai. Ela é uma ativista paquistanesa, foi a pessoa mais nova a ser laureada com um prêmio Nobel. A sua terra natal, o Vale do Swat, na província de Khyber Pakhtunkhwa, foi dominada pelos talibãs, que proibiam as jovens de frequentar a escola. Por causa de sua luta por acesso à educação para todos, Malala foi vítima de três tiros, enquanto estava indo para a escola num autocarro. Gordon Brown, enviado especial das Nações Unidas, chegou a lançar uma petição da ONU em homenagem a Malala, exigindo que todas as crianças do mundo estivessem inscritas em escolas até o final de 2015, petição essa que impulsionou a formação da primeira lei de direito à educação no Paquistão.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XXVI, determina que todos têm direito à instrução e que esta possui como objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Esta aula se baseou, principalmente, na história de vida de Malala. E foi um recurso frutífero. Os alunos se envolveram com a vida da personagem e criaram um sentimento de empatia para com o problema enfrentado por ela.

6 TRABALHO

Na aula 6, trabalhou-se em sala de aula a importância do trabalho na sociedade, assim como a relevância de se assegurar os direitos atrelados aos trabalhadores. Em um primeiro momento, fez-se uma inserção no contexto histórico da Revolução Industrial, tendo em vista que foi durante esse período que o mundo atentou, pela primeira vez, para a necessidade de se reumanizar o trabalho. Portanto, na aula 6, os alunos foram levados a Inglaterra, para conhecer de perto tal realidade.

O personagem utilizado para conduzir tal aula foi Charles Chaplin. Em um primeiro momento, através da perspectiva de Tempos Modernos, trabalhou-se a dicotomia “ Trabalho como obrigação e necessidade X Trabalho como realização e avanço” , em que, de um lado, temos o trabalho como um dever social, no intuito de contribuir para suprir as necessidades do homem e, de outro, de contribuir para a riqueza e desenvolvimento coletivo.

Introduziu-se conceitos trabalhados por Karl Marx como o de mais-valia, assim como Engels e alguns de seus pensamentos, como por exemplo, o trabalho como forma de dominar a natureza.

O principal objetivo desta aula foi mostrar que o Direito ao Trabalho de forma específica não compreende apenas o direito a um trabalho, mas a garantia de que o exercício do trabalho seja realizado para a concretização da dignidade da pessoa humana. São os direitos de igualdade na remuneração, de justiça na elaboração dos contratos, de segurança, de ambiente adequado, de proteção contra o desemprego, entre outros. Dentro desta linha de pensamento, os extensionistas desenvolveram uma atividade a ser realizada em sala de aula, que consistia no relato de casos corriqueiros, envolvendo situações polêmicas no ambiente de trabalho, como por exemplo, casos de discriminação no ambiente de trabalho, regularização do trabalho adolescente, trabalho em condições análogas a escravidão, entre outras; o objetivo da atividade era ouvir dos alunos a postura por eles adotadas caso estivessem em algumas dessas situações, e, ao final, relatar qual seria a postura correta de acordo com a CLT.

7 SEGURANÇA

Na aula abordando a temática sobre segurança, dividiu-se a aula em dois momentos: o primeiro deles para falar sobre a segurança internacional, para, em um

segundo momento, abordar a segurança em situações corriqueiras, do dia-a-dia. Levantou-se em sala de aulas atuais a respeito do terrorismo e das questões militares internacionais, como a Al-Qaeda, Talibã, Bokoharam e Estado Islâmico. Em sala, falou-se sobre a segurança Em diversas regiões do mundo, principalmente na África e na Ásia, onde milhares de pessoas vivem em meio a um a uma situação caótica, convivendo com bombardeios, tiroteios e a ameaça de invasões terroristas, que os matam ou os forçam a mudar de religião ou de costume. Ressaltou-se a situação da Síria, e sobre o desespero de milhares de sírios que tentam fugir seu país, temendo perderem suas vidas em meio ao fogo cruzado dos conflitos no território.

O personagem escolhido pelos extensionistas foi Michael Brown, um jovem americano, negro, que foi morto a tiros por policiais, por ter sido confundido com um assaltante.

Utilizou-se dele para falar sobre o sentimento de insegurança ao qual estamos constantemente submetidos, tendo em visto que, às vezes, até a própria polícia pode por em xeque a nossa segurança.

Será que, talvez, esse problema não existiria se houvesse mais respeito e tolerância ao próximo? Será que estamos esquecendo um ponto fundamental? Que somos todos humanos, somos todos uma mesma espécie, e em vez de estarmos nos agredindo, nos aniquilando, deveríamos estar ajudando o próximo? Estas foram algumas das hipóteses levantadas e trabalhadas em sala de aula. Além disso, trabalhamos também, como dito anteriormente, a questão da segurança no Brasil, questionando se não haveria algo que pudesse ser feito para mudar a situação da segurança pública neste país. Logo, a atividade passada aos alunos foi justamente a de elaborar soluções para o problema da segurança, de forma a baixar os altos índices de violência.

8 DESENVOLVIMENTO CULTURAL

A respeito da aula sobre desenvolvimento cultural, se trouxe a baila as obras de um brasileiro que retratou diversos aspectos e características de diferentes povos ao redor do mundo, exaltando sempre a diversidade. Este brasileiro é o fotógrafo Sebastião Salgado.

A aula 8 contou com uma maior dinamicidade do que as demais, pois foi trabalhado em sala de aula algumas das imagens fotografadas por Sebastião Salgado. As diversas culturas retratadas pelas lentes de Salgado inflamou o debate acerca do respeito as diferentes culturas e origens, assim como da tolerância e da proteção universal dos direitos humanos,

especialmente do direito ao desenvolvimento. Buscou-se explicar para os discentes a ligação entre cultura e desenvolvimento, de modo a mostrar que o fortalecimento do potencial da cultura é um meio de alcançar a prosperidade, o desenvolvimento sustentável e a coexistência pacífica mundial.

No intuito de ratificar o que foi dito, as tarefas encaminhadas aos alunos foi a de retratar uma cultura diferente e, com isso, fazer uma exposição perante a turma, ressaltando em quais pontos aquela cultura é diferente da sua.

9 FERRAMENTAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Uma das aulas mais importantes foi a aula sobre mobilização social. Nesta aula, reuniu-se todos os alunos das diferentes turmas no pátio da escola, para que a aula pudesse ser ministrada pelo patrocinador do projeto, o diretor do Instituto Alpargatas, Berivaldo. Esta aula contou com a presença de diversos professores da própria escola e da UFPB, que também abrilhantaram o evento.

O tema das palestras foi “Mobilização Social”. O personagem utilizado nesta aula foi Saju Mathew, indiano, que teve como missão trabalhar como missionário no Norte da África. Ressaltou-se a importância de mobilizações para a sociedade e o impacto que estas podem ter na vida das pessoas, além de atentar para a devida distinção entre mobilidade social e manifestação pública, tendo em vista que uma mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide agir com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados. Neste sentido, durante a aula, abriu-se espaço para que os estudantes pudessem falar sobre projetos sociais em que estão engajados, ou de que forma se mobilizam socialmente.

Além disso, durante esta aula, aproveitou-se a oportunidade para premiar os alunos que mais se destacaram ao longo do projeto e aqueles que realizaram todas as atividades no devido prazo.

10 FUNCIONAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

A última aula deveria causar um impacto todo especial nos alunos. O tema escolhido ajudou nesse aspecto. Mostrou-se os órgãos que compõem a Organização

Mundial das Nações Unidas, e o seu funcionamento em geral. Mas para que a aula ficasse marcada nas mentes dos alunos, escolheu-se como personagem Sérgio Vieira de Mello.

Brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, trabalhou para a ONU durante 34 anos. Foi Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos desde 2002 até a sua morte, em Badgá, vítima de um atentado atribuído ao grupo terrorista Al Qaeda.

CONCLUSÃO

Da Universidade para a Universalidade. Assim resume-se o objetivo do Projeto de Extensão “A participação dos jovens na discussão/construção da agenda internacional de direitos humanos”. Acredita-se que, a partir de pequenas localidades próximas a nós, os Direitos Humanos ganham vida. São em lugares tão pequenos e tão próximos de nós que a *universalidade* dos Direitos Humanos começa: no nosso bairro, na nossa escola, na fábrica, no campo... Esses são os lugares em que homens, mulheres e crianças buscam ser iguais perante a lei, em oportunidades, em dignidade e sem discriminações de nenhuma espécie. Se esses direitos não significarem nada nesses lugares, tampouco significarão em outra parte. Sem uma ação decidida dos cidadãos para defender os direitos ao seu redor, não se há progresso no resto do mundo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 12ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

PIERRAT, Emmanuel. *Antimanuel de droit*. Bréal, 2007

La enseñanza de los Derechos Humanos: Actividades prácticas para escuelas primarias y secundarias. Naciones Unidas Nueva York y Ginebra, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PIOVESAN, Flavia. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: MAX LIMONAD, 2003.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 23.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 3.ed. (reimpressão). Coimbra: Almedina, 1999.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 16.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Constitucional da Democracia Participativa*. São Paulo: Malheiros.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional - Ed. Saraiva.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade – Malheiros Editores.